



CONTRATO Nº015/2020

Inexigibilidade nº 002/2020

Processo Administrativo nº 0019/2020

O **MUNICÍPIO DE SERRINHA**, Estado da Bahia, Pessoa jurídica de direito público interno, neste ato, representado pelo seu Prefeito Sr. Adriano Silva Lima, portador do R.G nº 05.820.947-63 SSP/BA e CPF nº 912.972.575-53, pessoa jurídica de direito público interno, situado à praça Luiz Nogueira, 495, Centro, Serrinha, BA, CEP 48.700-000, inscrito no CNPJ sob nº 13.845.086/0001-03, a seguir denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e do outro lado como **CONTRATADA** a empresa **ECONTAP EMPRESA DE CONTABILIDADE PÚBLICA SOCIEDADE SIMPLES**, situada Na Avenida Professor Magalhães Neto, nº 1752, Edifício Lena Empresarial, sala 801 A 811, Pituba, Salvador, BA CEP 41.810-011, inscrita no CNPJ sob nº 00.317.633/0001-28, representada pela Sra. Maria Patrícia dos Santos Mendes, inscrita no CPF sob nº 545247925-20 e RG 0292618565 SSP/BA, firmam o presente contrato de locação, sujeitando-se os contratantes a Lei nº 8.666, de 21.06.1993, com suas alterações posteriores e a Lei 8.245 de 18 de outubro de 1991, bem como às cláusulas abaixo descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Este instrumento contratual tem por objeto Contratação de empresa para prestação de serviços de consultoria contábil para o Município de Serrinha.

Para execução dos serviços serão realizadas as seguintes atividades:

- a. Assessorar a escrituração contábil da Prefeitura Municipal e Fundos Municipais de Administração, Fazenda, Educação e Saúde;
- b. Assessorar a receita e despesa orçamentária e extra orçamentária;
- c. Assessorar os registros da contabilização das variações e mutações patrimoniais verificadas no patrimônio da Prefeitura;
- d. Assessorar na elaboração dos balancetes mensais;
- e. Assessorar a análise das avaliações dos registros contábeis elaborados;
- f. Assessorar a análise de conciliações dos processos pagos no mês;
- g. Assessorar na formalização dos processos de pagamento;
- h. Elaboração do balanço Anual do exercício financeiro de 2020 de acordo com as legislações pertinentes;

- i. Elaboração da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, LOA – Lei Orçamentária Anual e avaliação do PPA – Plano Plurianual;
- j. Assessoramento da equipe do setor contábil quando na ocasião de realização de inspeções dos órgãos de controle interno e externo;
- k. Assessoramento na elaboração dos relatórios a serem encaminhado ao Gestor e ao Tribunal de Contas dos Municípios;
- l. Informação do SIOPS, SIOPE, SIGA, SICONFI e SADIPEM;
- m. Publicação dos relatórios de Gestão Fiscal – RGF, e Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária – RREO.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos da(s) dotação (s) orçamentária (s) a seguir especificada (s):

Unidade Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento da Despesa	Fonte
61001	2011	33.90.35	00
62000	2014	33.90.35	01
63000	2032	33.90.35	02

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O prazo do presente contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância estimada de R\$ 520.000,00 (quinhentos e vinte mil reais), da seguinte forma:

- Secretaria Municipal de Fazenda: 12 (doze) parcelas de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), totalizando o valor anual de R\$ 168.000,00 (cento e sessenta e oito mil reais) e mais parcela única de 14.000,00, referente ao fechamento de Balanço Consolidado de 2020
- Fundo Municipal de Educação: 12 (doze) parcelas de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), totalizando o valor anual de R\$ 156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais) e mais parcela única de 13.000,00, referente ao fechamento de Balanço Consolidado de 2020
- Fundo Municipal de Saúde: 12 (doze) parcelas de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), totalizando o valor anual de R\$ 156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais) e mais parcela única de 13.000,00, referente ao fechamento de Balanço Consolidado de 2020

§ 1º. 40% (quarenta por cento) será destinado às despesas com mão-de-obra e 60% (sessenta por cento) destinado à despesa com transportes, tecnologia, hospedagem e outros custeios, de acordo com o parágrafo 1º do artigo 122 da Instrução Normativa nº. 971 da R.F.B;

§ 2º. A prestação dos serviços será mensal, de acordo com os critérios de serviços da CONTRATANTE, cujo faturamento deverá ocorrer até o último dia útil do mês em curso;

§ 3º. A CONTRATADA deverá apresentar a fatura devidamente discriminada. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, estabelecidos neste Contrato, não transfere à Prefeitura Municipal de Serrinha a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato ou restringir a regularização da execução dos serviços;

§ 4º. Quaisquer faturas, quando não liquidadas pela CONTRATANTE, em seus respectivos vencimentos, serão acrescidas de juros de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore" da data do vencimento até o efetivo pagamento.

§ 5º. A CONTRATADA não poderá transferir, negociar ou dar em garantia duplicatas ou qualquer outro título de crédito decorrente deste Contrato. A Prefeitura Municipal de Serrinha não acatará, para pagamento das faturas, duplicatas ou qualquer outro título vinculado a execução dos serviços, apresentados por estabelecimentos bancários ou terceiros;

§ 6º. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de até 25% do valor inicial do contrato.

CLAUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

§ 1º. O pagamento dos serviços contratados será efetuado pela CONTRATANTE até o dia 10 (dez) do mês seguinte à prestação dos serviços descritos na Cláusula Primeira deste contrato.

§ 2º. A CONTRATADA emitirá a respectiva Nota Fiscal até o dia 05(cinco) de cada mês, devendo ser entregue à CONTRATANTE até o dia 10 (dez) do mesmo mês de emissão.

§ 3º. O atraso injustificado no pagamento acarretará em acréscimo de multa no percentual de 2% sobre a parcela inadimplida e juros moratórios de 1% ao mês, pro-rata, em favor da CONTRATADA.

§ 4º. O Pagamento ficará condicionado à apresentação, juntamente com a nota fiscal, das certidões vigentes negativas de débitos federais, estaduais, municipais, trabalhistas e FGTS.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

§ 1º. Executar os serviços de acordo com o objeto do presente Contrato.

§ 2º. Todo o pessoal envolvido nos serviços objeto deste Contrato será de responsabilidade da CONTRATADA, inclusive as obrigações sociais, previdenciárias e trabalhistas, eximindo a CONTRATANTE de quaisquer ônus.

§ 3º. A CONTRATADA será individual e integralmente responsável por todos os atos técnicos e administrativos que praticar no exercício das atividades contratadas neste instrumento, devendo ressarcir a CONTRATANTE de qualquer prejuízo que esta venha a sofrer em razão de atos por ela desempenhados, inclusive a eventuais condenações judiciais.

§ 4º. Caso a CONTRATANTE seja acionada judicialmente para pagamentos de alguma importância relacionada aos encargos, impostos, taxas, contribuições sociais, fiscais e para-fiscais, de responsabilidade da CONTRATADA, esta fica obrigada a ressarcir-la integralmente, inclusive das despesas ou custas e honorários advocatícios.

§ 5º. Os casos omissões serão regulados pelos termos do processo administrativo e edital de licitação, os quais este instrumento de contrato está vinculado.

CLAUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

§ 1º. Efetuar nos prazos indicados, os pagamentos devidos à CONTRATADA;

§ 2º. Verificar e aceitar as faturas emitidas pela CONTRATADA, recusando-as quando inexatas e incorretas, ficando, nestes casos, o prazo suspenso, que somente voltará a fluir após a apresentação da fatura correta;

§ 3º. Notificar por escrito, à CONTRATADA, quando da aplicação de multas previstas neste Contrato;

§ 4º. Certificar, tempestivamente, se os serviços a serem executados obedecem às condições contratuais estipuladas;

§ 5º. Oferecer a CONTRATADA todas as informações e condições indispensáveis ao pleno e desembaraçado cumprimento da prestação a ela contratualmente imposta.

CLÁSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido, independentemente de notificação judicial, nos casos de:

- Liquidação judicial de qualquer uma das partes;
- Transferência total ou parcial deste Contrato, sem prévia e expresse assentimento da outra parte.

Parágrafo Único. Nas partes poderão rescindir o presente Contrato a qualquer tempo, desde que a interessada avise a outra, por escrito e mediante protocolo de confirmação de recebimento, com antecedência de 30(trinta) dias, independentemente do pagamento de multa ou indenização de qualquer título.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Serrinha, Estado da Bahia, como único competente para dirimir qualquer dúvida ou querela oriunda da interpretação ou execução deste contrato, como renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e contratadas, assinam o presente Contrato, em 03 (três) vias de igual teor e único efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Serrinha, 02 de janeiro de 2020.



Adriano Silva Lima
Prefeito Municipal



Maria Patricia Santos Mendes
ECONTAPEMP. CONT. PÚBLICA SOCIEDADE SIMPLES
CRC/BA 022493/O
CPF: 545.247.925-20

ECONTAPEMP. EMPRESA DE CONTABILIDADE PÚBLICA SOCIEDADE SIMPLES
Contratado

TESTEMUNHAS:

